

Morgades, R. F. K. M.. (2016). A Universidade Empreendedora no Novo Modo de Produção da Ciência Contemporânea: Um Estudo de Caso da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

Petry, C. (2017). O novo “espírito do capitalismo” na reforma curricular do ensino médio da rede pública estadual do RS. *Educ. Foco*, 22(1), pp. 1-39.

Rothaermel, F. T.; Agung, S. D.; Jiang, L. (2007). University entrepreneurship: a taxonomy of the literature. *Industrial and Corporate Change*, Oxford, v (4), pp. 1-101.

Triviños, A. N. S. (2015). Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª ed. São Paulo: Atlas.

Capítulo 82

A constituição do sujeito sociopolítico na disputa do Plano Nacional de Educação no Brasil¹

Gabriel Borges da Cunha² y Sueli Goulart³

Neste artigo analisamos a articulação de atores sociais na constituição de um sujeito sociopolítico (Rauber, 2001) para acumular poder e alcançar força para disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil. Esta análise foi construída a partir do estudo das disputas que ocorreram no contexto de elaboração do I Plano Nacional de Educação (I PNE) brasileiro e, mais especificamente, em seus desdobramentos. O PNE, previsto na Constituição Federal de 1988 e iniciado após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, é o principal instrumento de planejamento e organização da educação no Brasil; tem vigência de 10 anos, tendo o primeiro vigorado no período de 2001 a 2010 e o segundo, ainda em vigência, se iniciado em 2014, encerrando-se em 2024.

A construção do primeiro PNE se deu através de duas diferentes proposições: o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira (Congresso Nacional de Educação [CONED], 1997) e o PNE proposto pelo Poder Executivo. Essas duas propostas sintetizavam os interesses de diferentes grupos e foram constituídas a partir das interações dos envolvidos na construção de cada uma delas.

Após a tramitação de ambos os Planos no Congresso Nacional, o I PNE foi aprovado em 2001 (Brasil, 2001), atendendo, predominantemente, as propostas do Poder Executivo (Valente & Romano, 2002). Em 2003, ainda sob a vigência do I PNE, teve início o governo de Luis Inácio Lula da Silva, que optou pela manutenção das metas e diretrizes previstas e nelas se amparou para promover a ampliação do acesso ao ensino. A ampliação contemplou não só instituições públicas, mas também organizações não governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dando sequência às práticas adotadas durante o governo de FHC (Oliveira, 2009). Além disso, as ações de ampliação ao acesso ao ensino superior foram

1. Este trabalho foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa “Ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Técnico-administrativo na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Email: gabrielbcunha91@gmail.com

3. Professora e pesquisadora na Escola de Administração / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: sueli.goulart@ufrgs.br

marcadas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), que garante o financiamento público a instituições particulares através de renúncia fiscal, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que ampliou as possibilidades de financiamento a estudantes junto às instituições privadas (Misoczky, 2016).

Devido a discordâncias em relação às políticas educacionais do governo Lula, parte das organizações e entidades que construíram o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira se afastou das instâncias formais de participação criados pelo poder público, como a Conferência Nacional de Educação (CONAE). A discordância central deu-se em torno da concessão de recursos públicos a instituições privadas, que se aprofundou com a formulação do II PNE, com a participação de novos grupos⁴ – fortalecendo os interesses privados na elaboração do novo Plano.

O desacordo em relação ao I PNE e a destinação de, aproximadamente, 5,6% do PIB para a educação no ano de 2010 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2015) fez com que diferentes entidades, tais como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPA, se articulassem e lançassem, em 2011, no estado do Pará, o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!

O lançamento desse Comitê visou à coordenação de forças para pressionar o governo federal para garantir o percentual de 10% do PIB brasileiro exclusivamente para a educação pública. O Comitê atuou como um espaço de oposição às metas e diretrizes previstas no PNE e desde 2013 agrega diferentes organizações sociais, estudantis e sindicais. A principal atividade do Comitê desde então tem sido a organização do Encontro Nacional de Educação (ENE), tendo sido realizadas já duas edições – uma em 2014 e outra em 2016. A retomada do Comitê, bem como a realização de um plebiscito que votou a destinação de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, não surtiu efeito na produção do II PNE tendo este Plano sido elaborado com base no documento oriundo da CONAE de 2010. O Projeto de Lei n 8.035/2010 tramitou junto ao Congresso Nacional por quatro anos e, em 25 de junho de 2014, foi aprovado o II PNE (Brasil,

4. Dentre os novos atores cabe destacar a participação do movimento Todos pela Educação, fundado em 2008, e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA), fundada em 2011. O Todos pela Educação reúne diferentes institutos e fundações privadas que possuem interesse na qualificação da mão de obra para o mercado. São mantenedores desse movimento: Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Camargo Correa, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, DPachoaal. Entre seus parceiros figuram Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Natura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Brasil, 2014b, p. 8).

2014a).

Com a intenção de ser um contraponto à II CONAE, que seria realizada no final de 2014, e ao II PNE, e com o desejo de que fossem retomadas as propostas oriundas do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira foi organizado, pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, o I ENE em 2014, tendo como pilar a relação trabalho-educação pretendendo, assim, articular a formação geral com a formação técnica, tecnológica e crítica a fim de que se enfrentasse o projeto de educação previsto no II PNE. Essa contraposição seria essencial para que fossem fortalecidos os interesses e as mobilizações da classe trabalhadora contra o PNE vigente (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN], 2014).

A segunda edição do ENE aconteceu no ano de 2016, buscando orientar as discussões em torno de um projeto de educação classista e democrático de educação, em todos os níveis. Diversas entidades e organizações compuseram o II ENE, dentre as quais, o ANDES-SN, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL) e a Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes (OPOSIÇÃO-UNE); o Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); a FASUBRA; e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE).

As tarefas previstas na Declaração Política do II ENE apontaram para a necessidade de construção de uma ampla unidade entre entidades e organizações em defesa da educação pública. Considerando a pluralidade de entidades e organizações envolvidas no ENE e para dar sequência às lutas, foi realizada a mudança de nome do Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para Educação Pública, Já!, passando a denominar-se Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) (Encontro Nacional de Educação [ENE], 2016).

A CONEDEP constituiu-se, então, como espaço organizativo de uma diversidade de atores sociais que, buscando atuar em unidade, permanece ativa na luta por um projeto de educação que se contrapõe ao PNE vigente, na expectativa de forjar um novo projeto “classista e democrático de educação” (ENE, 2016, p. 9).

Acompanhando a trajetória desse conjunto de atores, buscamos compreender o modo como se articulam para continuar a disputa pela produção de um outro PNE. Para isso, recorreremos

às proposições de Carlos Matus, segundo as quais se podem entender as disputas como um jogo social (Matus, 1997; 2005), em que diferentes atores acumulam força, têm interesses, necessidades e atuam produzindo fatos.

O jogo social é interativo, um espaço de conflito e de cooperação entre atores. A partir dos recursos que possuem, os atores sociais realizam as suas produções que variam de acordo com seus valores e ideologias. “No jogo social, cada participante não joga por si mesmo, cego à ação do outro, mas joga em interação com o cooperante e com o adversário” (Matus, 1996, p. 14). A ação de um ator não é completa sem a ação anterior e posterior do outro. Ao interagirem, no jogo, os atores sociais desenvolvem estratégias. Em Matus (1996), a estratégia se refere à interação entre dois ou mais atores sociais e diz respeito à forma de solucionar um problema de interação cooperativa ou conflitiva cujos extremos são a cooperação aberta e o confronto aberto. São três os tipos de estratégia interativa: 1) cooperação; 2) oposição; e 3) confronto violento. A situação de um ator fará com que ele eleja uma determinada estratégia fazendo com que sejam produzidas determinadas interações entre os atores sociais que disputam o jogo (Matus, 1996).

As disputas no jogo social se dão entre os diversos atores que produzem jogadas de acordo com os objetivos que perseguem. A capacidade de produção dos atores refere-se à força que um ator tem. A força é uma acumulação concreta que depende do poder de um ator em um jogo concreto. O poder é uma potencialidade, abrindo espaço para a acumulação de força. O poder é inseparável da dimensão situacional: ele “[...] é tudo o que pode ser utilizado contra um adversário, ou para cooperar com um aliado numa situação concreta” (Matus, 1996, p. 120, grifos do autor). Sob essa lente, podemos afirmar que os atores constitutivos da CONEDEP precisam acumular poder para que se apresentem no jogo social com potencialidade para atuarem com força e pressão, condições determinantes para continuarem atuando no jogo da disputa por um plano nacional de educação para o Brasil.

Por isso, buscamos em Rauber (2001), elementos que nos permitiram fazer um recorte e focalizar um conjunto específico de atores que se opõe aos PNEs já elaborados e em implementação e, ao mesmo tempo, visa construir um outro Plano, com diretrizes que contemplem os princípios de gratuidade e compromisso social da educação. Em interação cooperativa (Matus, 2005), atuando em um setor específico, o coletivo de atores sociais com objetivos e situações em comum, possuindo um projeto político de ação pode vir a constituir um sujeito sociopolítico (Rauber, 2008; 2001).

A articulação entre atores sociais não ocorre espontaneamente; para que seja construída, é necessário que os atores estejam empenhados na busca de caminhos que levem a isso. Identificar elementos que aproximem os atores, bem como o que buscam ao se articularem, com a participação dos diferentes atores e o direcionamento de ação em relação a um problema central compartilhado, são ferramentas metodológicas que possibilitam a articulação (Rauber, 2006). O sujeito sociopolítico seria então capaz de organizar e projetar um sentido estratégico a suas lutas e acumular poder para disputar, com força ampliada, o jogo social.

Os atores identificados em articulação cooperativa na CONEDEP, em nível nacional, foram o ANDES-SN; a ANEL; a FASUBRA; o SINASEFE, a Oposição de esquerda da UNE; o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); a CSP-Conlutas; e a Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET), com base nos documentos produzidos até o II ENE, ocorrido em Brasília, em 2016, em observações e entrevistas. Tais entidades e organizações possuem capacidade de ação e peso coletivo, atuaram historicamente nas lutas pela educação pública e capitanearam a organização dos Encontros e a formação da CONEDEP. São ligadas à classe trabalhadora e a organizações estudantis, tendo como elemento comum a defesa intransigente da destinação de recursos públicos exclusivamente a escolas e instituições públicas.

Além de compartilharem princípios comuns em relação a uma proposição, esses atores desenvolvem práticas que, de acordo com Rauber (2001) são fundamentais para a constituição do sujeito sociopolítico. A promoção da participação plena dos atores no processo de decisão e execução, respeitando as capacidades de cada um é prática corrente nas atividades de planejamento, realização e avaliação em vistas da preparação dos Encontros que, até aqui, tem sido a tarefa de maior visibilidade e em torno da qual se agregam. Assim, organizações e entidades assumem tarefas de acordo com suas capacidades, ao mesmo tempo em participam plenamente do processo decisório, como destacaram a FASUBRA e a Oposição UNE, em entrevistas.

O respeito às especificidades de cada ator foi também observada, particularmente em momentos de manifestações coletivas, durante a realização do II ENE, do qual participamos como militantes pesquisadores. Considerando as especificidades de entidades e organizações, suas expressões podiam, eventualmente, se diferenciarem em tópicos específicos, sem que houvesse repreensão de qualquer das demais. Essas especificidades, entretanto, não impedem a construção de consensos, princípio metodológico da articulação. O espaço para discussões, mesmo que exaustivas, são garantidos a todos, como destacaram a ANEL, a CSP-Conlutas e a FASUBRA.

Rauber (2006; 2008) destaca que o projeto político é o elemento central para que as lutas sejam mantidas e ampliadas em torno de um objetivo compartilhado, configurando, assim, um caráter estratégico à ação do coletivo articulado. Os dois Encontros já realizados trabalharam eixos fundantes do projeto de educação a ser construído pela CONED, tendo a Declaração Política do II Encontro Nacional da Educação (ENE, 2016, p. 9) afirmado que seu objetivo central “será acumular e coordenar a construção do projeto classista e democrático de educação, apontando ações de enfrentamento à precarização e privatização da educação a serem construídas nacionalmente em conjunto com todos os setores que defendem a educação pública”. Esta é a proposição para o III ENE, que se realizará em abril de 2019.

No intervalo entre um Encontro e outro, os atores se mantêm em articulação, buscando ampliar o coletivo e realizando atividades em diversas escalas, como as reuniões e encontros municipais e estaduais. Entendemos estas ações como elementos importantes para a constituição do sujeito sociopolítico que poderá contribuir para a acumulação de poder desse conjunto de atores. Não obstante, há que se reforçar que a construção de um projeto unificado é fundamental para esse acúmulo, configurando um sentido estratégico à produção do sujeito sociopolítico. Para isso, é necessária a ação coordenada desses atores tendo em vista que a organização é também fonte de poder complementar por indicar a perícia para a realização de jogadas. Além disso, a articulação entre os atores sociais envolvidos no ENE possibilita que o sujeito sociopolítico controle diferentes recursos econômicos, políticos e organizacionais. O controle desses recursos potencializa o peso da ação do sujeito sociopolítico para as novas jogadas.

O atual PNE tem vigência até o final do ano de 2023. Ao longo dos próximos anos, os espaços disponibilizados pelo governo para a consolidação do PNE vigente e, posteriormente, para a construção do terceiro Plano, como a CONAE, terão início. Diferentes atores, com diversos objetivos e interesses irão participar desses espaços buscando concretizar os seus projetos para a educação brasileira. Caberá então ao sujeito sociopolítico que se constitua a partir da CONED sustentar a sua posição e disputar a produção de um projeto de educação para o Brasil com força para que os objetivos que persegue sejam alcançados.

Referências

ANDES-SN. (2014). InformANDES. Informativo especial. Encontro Nacional de Educação. Brasília, abril. Recuperado de <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-830257882.pdf>.

Brasil. Ministério da Educação. (2001). Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>.

Brasil. (2014a). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Brasil. Câmara dos Deputados. (2014b). Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, Centro de Documentação e Informação. Recuperado de <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

CONED, Belo Horizonte, 2. (1997, novembro). Plano Nacional de Educação - proposta da sociedade brasileira. Recuperado de <https://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf>.

ENE. (2016). Declaração Política do II Encontro Nacional de Educação. Brasília. Recuperado de http://www.adu.org.br/controlsites/publicacoes/img/20160628163726Declaracao_Politica_do_II_ENE.pdf.

INEP. (2015). Percentual do investimento total em relação ao PIB por nível de ensino. 2015. Brasília. Recuperado de http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm.

Matus, C. (1996). Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP.

Matus, C. (1997). Política, Planejamento e Governo (3. ed.). Brasília: IPEA. vol. 1.

Matus, C. (2005). Teoria do Jogo Social. São Paulo: FUNDAP.

Misoczky, M. C. (2016). A produção social de políticas públicas: os casos da política nacional de combate ao *Aedes aegypti* e agravos associados, da política nacional de educação e da política de reciclagem de lixo de Porto Alegre. [Working paper].

Oliveira, D. A. (2009). As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 25(2)197-209. Recuperado de

<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19491/11317>.

Rauber, I. (2001). Actores sociales, luchas reivindicativas y política popular. Recuperado de <http://www.rebellion.org/docs/4856.pdf>.

Rauber, I. (2006). Sujetos Políticos – Rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos (5. ed.). Santo Domingo: FyS Gráfica.

Rauber, I. (2008). Luchas sociales y organizaciones políticas. Recuperado de <https://www.alainet.org/es/active/22633>.

Valente, I. & Romano, R. (2002). PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Educação e Sociedade, 23 (80), 96-107.

Capítulo 83

“Sigo com meu ideal e com minha liberdade de criar ou me encaixo no padrão para ganhar algum reconhecimento?” Uma perspectiva psicodinâmica do reconhecimento do trabalho artístico na sociedade de consumo

Monique Nascimento¹ y Eloise Helena Livramento Dellagnelo²

Contextualização

O reconhecimento é considerado, por autores como Gernet & Dejours (2011), uma modalidade particular de julgamento do trabalho que contribui de maneira significativa para a construção do sentido do trabalho. Para a psicodinâmica do trabalho, a formulação de julgamentos – referentes ao reconhecimento do trabalho –, pode ocorrer de duas maneiras: por intermédio da apreciação relativa à utilidade técnica, econômica ou social; e, por meio da apreciação quanto à beleza do trabalho.

Apesar de discussões relativas à relevância do reconhecimento serem recorrentes no universo do trabalho (Dejours, 2012), diferentes exercícios laborais compreendem diferentes dinâmicas de reconhecimento (Gernet & Dejours, 2011). Existem profissões de prestígio, valorizadas e reconhecidas, e aquelas não legitimadas socialmente como trabalho ou desvalorizadas. Ainda, trabalhadores cujas atividades não resultam em produtos visíveis, mensuráveis, funcionais e comparáveis – caso característico do fazer artístico – tendem a enfrentar dificuldades quanto à dinâmica do reconhecimento.

Segundo Segnini (2008), pesquisas sobre o trabalho artístico fazem parte de um campo de estudos relativamente novo, mas com relevantes contribuições. De maneira especial, a autora elucida que no Brasil poucas análises foram elaboradas sobre o trabalho do artista. Frisamos que após revisão sistemática de literatura na base de dados *Scopus*, não foram encontradas investigações que promovam indagações relativas às implicações do processo de integração da

1. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Email: moniquenn@gmail.com

2. Doutora em Engenharia de Produção. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Email: eloise.livramento@ufsc.br